

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S.PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA
Diretores
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
 Fernando L. Mesquita
Editor Chefe
 Celso Knöp

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Orlando Marques
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Não vamos reinventar a roda

Para crescer à média anual de 6% até o ano 2000, como o governo propõe e a sociedade deseja, o Brasil precisa investir cerca de 23% de seu Produto Interno Bruto. Isso quer dizer US\$ 120 bilhões por ano. Esses investimentos, evidentemente, só poderão ser feitos se houver poupança financeira equivalente. As forças reacionárias, que com seu nacionalismo de sabor antiquado retardaram o progresso e agora tentam impedir o indispensável salto do Brasil para a modernidade, ainda imaginam ser possível obter esses recursos dentro do País. Estão, como sempre, completamente fora da realidade.

Os recursos para investimentos só podem vir da poupança do setor privado (indivíduos e empresas), da poupança do Estado e da poupança externa (capital de risco). Como resultado da crise que enfrentou nos últimos anos — a recessão do início da década passada, os choques heterodoxos, a ameaça de hiperinflação, a recessão atual, ainda mais profunda do que a anterior —, o setor privado não tem, no momento, condições de poupar mais do que já poupa. A falência do setor público — que há anos perdeu sua capacidade de poupar e tornou-se consumidor da poupança privada, para dissolvê-la nas entranhas de uma máquina perdulária e insaciável — elimina, pelo menos no horizonte desta década, qualquer esperança de que daí possam surgir os recursos de que o País necessita. Resta, assim, a poupança externa.

A década de prosperidade, do fim dos anos 60 até o segundo choque do petróleo, e a chamada “década perdida” dos anos 80 têm muito a ver com o fluxo de poupanças externas para o Brasil, como mostrou o ex-presidente do Banco Central Carlos Brandão nas sugestões que enviou ao presidente Fernando Collor de Mello para o aperfeiçoamento do Projeto de Reconstrução Nacional, o “Projetao”. Na década de 70, diz Brandão, houve “grandes ingressos de investimentos externos no País” (a maior parte na forma de empréstimos); na década passada, ocorreu “redução e virtual paralisação de investimentos externos”.

Para que voltem os investimentos externos — agora não na forma de empréstimos, mas como capital de risco —, o Brasil precisa, em primeiro lugar, reintegrar-se à comunidade financeira internacional. Isso requer um acordo rápido com os credores externos.

O presidente Fernando Collor de Mello, na reunião ministerial da semana passada, insistiu na defesa do conceito de “capacidade de pagamento”, definido pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello como o condicionamento das remessas ao Exterior aos superávits fiscais e não aos superávits comerciais e que foi rejeitado pelos credores. Mas fez uma ressalva. O problema, disse Collor, precisa ser situado “num âmbito mais amplo, que é o da busca de poupança estrangeira para financiar nosso

desenvolvimento”.

Enquanto continua a aplicar “receitas caseiras” para o controle dos preços — como essas que o ministro Marcílio Marques Moreira e sua equipe vêm discutindo com diferentes segmentos do empresariado —, o governo, finalmente, começa a buscar o apoio externo indispensável para que se restabeleça o ritmo de crescimento de nossa economia de antes de 1980 e mude sua linguagem no trato da questão da dívida externa (a mudança de atitude na mesa de negociações já foi comentada em outros editoriais).

Há dias, falando do problema da dívida externa, o ministro Marcílio Marques Moreira referiu-se ao caso do México como um exemplo que o Brasil poderia seguir. O exemplo mexicano é, de fato, extremamente pertinente. Sua moratória, em setembro de 1982, precedeu de alguns meses a do Brasil e deflagrou a crise da dívida do Terceiro Mundo, que só recentemente começou a ser resolvida. Da decretação da moratória até a conclusão de um acordo com os credores internacionais, o México — cuja dívida proporcionalmente ao PIB é muito mais pesada do que a brasileira — viveu uma crise pior do que a nossa. Se a inflação mexicana não chegou aos níveis observados aqui, a queda da produção foi ali muito mais grave.

Mas, da mesma forma que precedeu o Brasil na moratória, o México está à nossa frente na solução do problema. No início do ano passado, assinou com os credores um acordo pelo qual reduziu sua dívida, reescalou o saldo, limitou os juros e obteve dinheiro novo. Mais do que isso, o México habilitou-se a receber investimentos externos. Pouco mais de um ano depois de firmado o acordo, o México está aberto ao mundo. O fluxo de investimentos compensa, de longe, os pagamentos que o país precisa fazer aos credores. Além disso, vai caminhar rapidamente, agora com a aprovação do Congresso norte-americano, sua integração comercial com os EUA e o Canadá. Este é, até agora, o passo mais importante para o desencadeamento da iniciativa para as Américas, anunciada em meados do ano passado pelo presidente norte-americano George Bush com o objetivo de se criar um único mercado desde o Alasca até a Terra do Fogo, ao qual o Brasil deverá integrar-se. Além disso, o México já assinou um acordo com a Comunidade Econômica Europeia e busca outro com o Japão (do qual, aliás, obteve recursos de US\$ 2,5 bilhões para o programa de combate à poluição). O México já começou a aproximar-se do Primeiro Mundo.

Em seu discurso de quinta-feira, o presidente Collor disse que o Brasil “não vai copiar modelos, mas tampouco pretende reinventar a roda”.

Quando citamos o exemplo do México, no caso das negociações com os credores, não estamos sugerindo que o Brasil copie o modelo. Estamos esperando que não reinvente a roda.